

DISCURSO SOBRE A TRADUÇÃO NO BRASIL

Beatriz Fernandes Caldas
beaterizcaldas@terra.com.br

Este trabalho tem como pano de fundo a questão da historicidade e tradução no Brasil. As reflexões nele apresentadas são filiadas à Análise do Discurso (AD), tal como elaborada a partir das construções teóricas de Pêcheux e transposta para o cenário acadêmico brasileiro por Eni Orlandi. A AD é uma disciplina de entremeio, ou seja, é uma disciplina situada entre o Marxismo, a Linguística e a Psicanálise. Constituiu-se no último quartel do século XX, na esteira das reflexões filosóficas a respeito do marxismo, que inspirara o regime político vigente na União Soviética de 1917 e movera, de uma forma ou de outra, os rumos ideológicos de grande parte dos países do mundo. Desenvolveu-se nos desdobramentos das grandes discussões sobre a linguística, e também reterritorializou conceitos da releitura da psicanálise freudiana feita por Lacan a partir dos anos 1950. Assim, no bojo de sua construção teórica, a AD introduz muitas questões instigantes, destacando-se, entre elas, a do sentido, cerne do construto teórico “discurso”. Após a apresentação do modelo de comunicação segundo Jakobson (1974), Pêcheux afirma:

... nos faz preferir aqui o termo *discurso*, que implica que não se trata necessariamente de uma transmissão de informações entre A e B mas, de modo geral, de um “efeito de sentidos” entre os pontos A e B. (PÊCHEUX, 1969, p. 82)

Quais seriam, então, os efeitos de sentidos do enunciado “discurso *sobre* a tradução”, tema da presente tese? Procuramos responder a essa pergunta tomando como referências o estudo de Orlandi (1990) a respeito do discurso *sobre* o Brasil, e o estudo de Mariani (1998) a respeito do discurso *sobre* o comunismo. Ao traçar paralelos entre o discurso *sobre* o Brasil e o discurso *sobre* o comunismo tomamos uma perspectiva teórica que nos ancora ao conhecido e ao mesmo tempo nos baliza na procura de discursos *sobre* a tradução.

Em suas reflexões concernentes a um discurso historiográfico sobre o Brasil, Orlandi estabelece diferenças entre discurso *sobre* e discurso *de* (ORLANDI, 1990). Estudando os relatos de franceses sobre o Brasil no século XVI, Orlandi menciona o trabalho dos tur-

gimões. Segundo a autora, os viajantes franceses não teriam ficado tempo suficiente em terras brasileiras para poder descrever práticas indígenas com os pormenores com que o faziam. Valiam-se do que ouviam dos turgimões. Nas palavras de Orlandi, “isso é visível no fato de que há narrativas idênticas que aparecem um pouco em todos os textos da época. São repetições que se originam no fato de que a fonte era a mesma: os intérpretes” (1990, p. 107). O discurso circula a partir dos índios, que fazem relatos aos intérpretes, que por sua vez fazem relatos aos europeus, e estes por sua vez, muitas vezes o fazem escrever pelos *nègres* (1990, p. 108). Estes textos são copiados entre si, causando como efeito a fixação de sentidos. O *corpus* da pesquisa de Orlandi constitui-se desses relatos a respeito do Brasil escritos por franceses no século XVI e reeditados nos séculos XIX e XX. Às últimas edições são acrescentados comentários e notas. Orlandi argumenta que esses acréscimos desempenham um papel interpretativo, funcionando como comentários cujo funcionamento discursivo é fixar sentidos dos textos mais antigos, transformando-os em documentos. Esses relatos constituem-se assim um discurso *sobre* o Brasil, com sentidos estáveis e duradouros.

Em seu livro *Terra à vista: discurso do confronto velho e novo mundo*, Orlandi (1990) lança mão do conceito de cópia e simulacro (DELEUZE) para explicar o discurso que se estabelece na velha Europa a respeito da nova terra. A cópia guarda semelhança, segue o modelo. O simulacro distorce, traz semelhanças, mas também institui diferenças, apresenta fantasmas. Como cópia está o discurso europeu sobre a nova terra, inscrevendo os habitantes e práticas do novo mundo a partir de modelos já conhecidos. Nas novas terras, no início, há somente o discurso eivado de silenciamento dos índios e, nos séculos seguintes, um povo que fala de si próprio valendo-se do discurso do europeu sobre ele, procurando as cópias, mas também os simulacros, “as imagens rebeldes e avessas a qualquer representação” (ORLANDI, 1990, p. 21).

Essas práticas discursivas (cópia, silenciamento, simulacro) podem ser tomadas como processos históricos que acabam por constituir o discurso *sobre* o Brasil, tomado dessa forma como uma instituição. Segundo Mariani (1999),

O que chamamos de instituições é fruto de longos processos históricos durante os quais ocorre a sedimentação de determinados sentidos

concomitantemente à legitimação de práticas ou condutas sociais. São práticas discursivas que se legitimaram e institucionalizaram, ao mesmo tempo em que organizaram direções de sentidos e formas de agir no todo social' (MARIANI, 1999, p. 51)

Ainda segundo Mariani (2004), a colonização linguística pode ser considerada como cenário no qual se estabelecem e se projetam os discursos *sobre* o Brasil, através da interpretação e da tradução⁴. Sob essa ótica, os *discursos da* interpretação das línguas indígenas para as línguas européias e vice-versa nas vozes de quem podia se fazer ouvir, a saber, os europeus, introduzem as vozes dos primeiros atores nesse cenário discursivo *sobre* o Brasil. Essas vozes são institucionalizadas e passam a constituir os relatos, as histórias, os fatos, o discurso *sobre* a Terra de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz, Brasil.

Ao discorrer sobre a língua dos índios, Orlandi (1990) aborda a questão da tradução classificando-a como: “(1) a tradução que indica várias possibilidades da língua européia; (2) a tradução que apresenta já uma interpretação; (3) a tradução cultural, que interpreta diretamente” (*ibidem*, p. 87-88). O caso 1, segundo Orlandi, reflete ou a incerteza diante da língua indígena ou a riqueza das línguas européias em relação às línguas indígenas. O caso 2 apresenta uma tradução “literal” seguida por uma equivalência, por uma expressão “quer dizer”. O caso 3, o processo mais des-identificador, segundo Orlandi, é a tradução que completa a língua indígena, complementando-a com o que não parece estar lá, a princípio. Os três processos ressaltam a falta nas línguas indígenas. Cabe à tradução compensar essa falta, essa *rusticidade e pobreza*.

Na redação dos relatos feitos durante o século XVI, observa-se um duplo traslado: da modalidade de língua oral para língua escrita e a transposição de uma língua indígena para uma língua européia. A materialidade linguística dos relatos assim traduzidos concretiza a atitude ideológica e política vivida pelos europeus, ou seja: o olhar que ignora o que vê e transfixa o modelo europeu por e marca o que falta à sociedade indígena. Os relatos se repetem redizendo o mesmo discurso da falta. O discurso *da* prática dos viajantes no Brasil institucionaliza-se como o discurso *sobre* o Brasil, e o discurso *da*

⁴ A diferença entre a tradução e a interpretação relaciona-se aqui respectivamente às modalidades escrita e oral do par de línguas em jogo.

tradução no Brasil, por lidar com a materialidade linguística e modalidades oral e escrita, está implicado nos discursos *sobre* e *do* Brasil. Assim, o discurso *sobre* o Brasil tem como suporte material e matriz fundadora a própria tradução das línguas dos índios para as línguas europeias.

Pode-se considerar que o discurso *sobre* o Brasil passa por um processo de institucionalização, semelhante ao proposto por Mariani (1998) em suas reflexões sobre o discurso jornalístico.

Consideramos o discurso jornalístico como uma modalidade de *discurso sobre*. Um efeito imediato do *falar sobre* é tornar objeto aquilo sobre o que se fala. Por esse viés, o sujeito enunciador produz um efeito de distanciamento — o jornalista projeta a imagem de um observador imparcial — e marca uma diferença com relação ao que é falado, podendo, desta forma, formular juízos de valor, emitir opiniões etc, justamente porque não se ‘envolveu’ com a questão.

Os *discursos sobre* são discursos que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto no efeito de linearidade homogeneidade da memória. Os *discursos sobre* são discursos intermediários pois, ao *falarem sobre um discurso de* (‘discurso-origem’), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja. De modo geral, representam lugares de autoridade em que se efetua algum rito de transmissão de conhecimento, já que o *falar sobre* transita na correlação entre o narrar/descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com um campo de saberes já reconhecido pelo interlocutor. (MARIANI, 1998, p. 60)

A presente pesquisa procura, de forma semelhante, levantar questões a respeito do discurso *sobre* a tradução no cenário brasileiro. Investiga até que ponto a tradução pode ser considerada uma instituição, segundo os preceitos acima expostos.

As perguntas que nortearam esta pesquisa estão relacionadas:

1) aos enunciados resultantes da constituição de uma família parafrástica que pode ser expresso através do recorte “tradução-fidelidade”, repetidamente empregado em conversas, palestras, escritos e elaborações teóricas sobre a tradução. Essa formulação está intrinsecamente ligada à figura do tradutor, à sua prática e a seu trabalho; 2) ao recorte resultante das referências às línguas com as quais trabalha o tradutor. Consequentemente, a investigação caminha nessas duas direções privilegiando, em seu percurso os sujeitos-tradutores, de que forma atuam, quem os autoriza a traduzir, para quem traduzem, quando e como o fazem. Além disso, procura-se entender a materialidade de sua prática, isto é, as línguas com que li-

dam, sua relação com elas, seu posicionamento como sujeitos capazes de usar com proficiência mais de uma língua e os gestos discursivos daí oriundos.

O uso do recorte “tradução-fidelidade” é um mito presente nas abordagens tradicionais da tradução. Focalizando a questão teórica no Brasil, e de acordo com as reflexões de Mittman (2003), pode-se considerar que essa abordagem tradicional está relacionada às ideias de Eugene A. Nida, Erwin Theodor e Paulo Rónai (2003, p. 15) e também, mas de outra forma, nas perspectivas contestadoras das teorias da tradução — representadas pelas ideias de Francis Henrik Aubert, Rosemary Arrojo, Lawrence Venuti e Theo Hermans (MITTMAN, 2003, p. 15-16).

A questão da fidelidade está no cerne do discurso *sobre a* tradução, uma vez que o sujeito tradutor é relacionado à sua forma-sujeito. Uma visão tradicional advoga uma prática na qual o tradutor é consciente, autônomo e uno, capaz de realizar sua tarefa de forma a logra plena fidelidade ao texto original. Uma visão contestadora é, de fato, uma contravisão que, por negar a primeira, acaba por reafirmá-la. Em outras palavras, a tradução é sempre uma prática que oscila entre dois pólos: num deles, a ilusão do tradutor o leva a tomar o discurso produzido por ele como cópia fiel do discurso original, em outra língua, em outro intradiscorso, numa outra formulação.

Com o intuito de apresentar a questão da autoria em AD, introduzimos abaixo uma primeira abordagem sobre o assunto, sobre a qual voltaremos mais adiante. Tomamos o seguinte registro do Glossário de Termos do Discurso:

O autor é que assume a função social de organizar e assinar uma determinada produção escrita, dando-lhe a aparência de unicidade (efeito ideológico elementar). Foucault (1987) fala em princípio de autoria, uma vez que se trata de considerar o autor não como um indivíduo inserido num determinado contexto histórico-social (sujeito em si), mas como uma das funções enunciativas que este sujeito assume enquanto produtor de linguagem. (FERREIRA, 2005)

No segundo pólo, está o tradutor que se desidentifica com o texto original, tomado pelo efeito-autor⁵ de sua escrita, convencido

5 O conceito de efeito-autor (GALLO, 1992) remete-nos ao nível do discurso, em oposição ao conceito de função-autor, por sua vez relacionado ao nível enunciativo.

de que cria seu texto original na nova formulação Não há como evitar esta polarização: sujeito-tradutor (forma-sujeito), por um lado, e feito-autor, por outro. Traduzir, então, é trabalhar entre esses dois pólos.

A questão do discurso *sobre* a tradução, por sua vez, abre-se à compreensão de como o sujeito tradutor atua, para quem traduz e em quais circunstâncias trabalha. As hipóteses de Venuti vêm ao encontro dessa abordagem, embora a questão do discurso *sobre* a tradução considere o aspecto ideológico de forma diferente. Venuti toma a ideologia como fator externo no universo da tradução. Os aspectos ideológicos, segundo este autor, atuam de fora para dentro impondo suas vicissitudes aos tradutores.

O *discurso sobre* a tradução é construído historicamente, e constituído pelas relações políticas e ideológicas entre as línguas e comunidades que o compõem. Em nossa investigação, privilegiamos a historicidade do discurso, a discursividade. Estamos interessados na questão do sentido atribuído ao ato de traduzir e seus deslizamentos, diferente do que seria um estudo sobre a história da tradução, centrada na cronologia, ou numa história ao longo do tempo.

Acreditamos que a análise através de recortes pode nos remeter a construções ideológicas vigentes no Brasil desde a época colonial. Essas construções remontam a correntes de pensamentos vigentes na Europa a partir do século XVI, posteriormente estabelecidas também no ambiente intelectual brasileiro.

É interessante observar a forma através da qual se constitui um discurso *sobre* o Brasil: interpretação oral (dos índios para os línguas e dos línguas para os europeus) seguido de fixação das narrativas em forma escrita através de um processo de tradução escrita. Em suas reflexões sobre a tradução chinesa e oriental, LEFEVERE (1988) afirma:

Both in the Western and the Chinese traditions, translation activity seems to have begun with the interpretation of spoken rather than the translation of written texts. This is important for at least two reasons. One, though not the most important, is that translation activity does not find its origin in the translation of sacred or even literary texts, but in the translation of oral communications that concern trade. This situation emphasises the importance of the interpreter (as we shall be calling the translator for now) as a person, as a mediator. It also stresses the impor-

tance of the actual situation in which interpretation takes place. (LEFEVERE, 1988, p. 14-15)⁶

Lefevere atribui à centralidade desse mediador ao longo do processo sua interpretação da famosa expressão de Horácio em *Ars Poética*, '*fidus interpres*' (1988, p. 15): o sentido de *fidus* é confiável, alguém que não desaponta, alguém em que se pode confiar. Dessa forma, podemos afirmar que uma história discursiva da tradução no Brasil começa longe da fidelidade dos textos, centrada na fidelidade do intérprete (o língua).

Mariani corrobora esta visão ao afirmar:

... é relevante falar dessas práticas de linguagem no período das descobertas e das conquistas. Os *línguas* (sejam portugueses, sejam habitantes nativos da terra desconhecida) detêm um poder de negociação, são mediadores, ocupam um lugar ainda não estabelecido, que é o lugar do gramático/da gramática. É o corpo significante, atravessado pela linguagem em sua radicalidade. Se ocupam esse lugar estão inscritos em um discurso que é, acima de tudo, de uma política mercantil de ocupação da terra e de incremento do poder real. E, cabe lembrar, quando é um língua não-português a ocupar esse lugar, produz-se uma contradição, afinal, não há como um não-português inscrever-se sem tensões no discurso do colonizador branco e cristão. (MARIANI, 2007, p. 11)

Os corpos dos línguas são então atravessados pelos sentidos a serem interpretados. Uma institucionalização da tradução, ou seja, uma aproximação do *discurso sobre* a tradução no Brasil não pode prescindir da compreensão desses processos: a questão da fidelidade desloca-se dos corpos dos línguas até os textos que os sucedem à medida que avança a colonização linguística no Brasil.

Dessa forma reafirma-se o político e o ideológico nos processos de constituição de forma brasileira de pensar a tradução. Acreditamos que nossa pesquisa se insere na da área de história das ideias linguísticas, uma vez que trabalhamos não apenas com a historicidade dos contatos multilíngues no Brasil, mas, sobretudo com a forma

⁶ "Em ambas as tradições chinesa e ocidental, a atividade tradutória parece ter começado com a interpretação de textos orais e não escritos. Tal fato é importante pelo menos por duas razões. Uma delas, embora não a principal, é que a atividade tradutória não tem origem na tradução de textos sagrados, tampouco literários, mas sim na tradução de comunicações orais relacionadas ao comércio. Tal situação ressalta a importância do intérprete (assim denominaremos o tradutor daqui em diante) como pessoa, como mediador. Também enfatiza a importância da situação real na qual se desenrola a interpretação." (*tradução da autora*)

pela qual tais contatos vêm se estabelecendo, reverberando, silenciando, e deslizando sentidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Coord.). *Glossário de termos do discurso*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

LEFEVERE, A. Chinese and Western Thinking on Translation. In: BASSNETT, S & LEFEVERE, A. *Constructing Cultures: Essays on Literary Translation*. UK, Multilingual Matters Ltd, 1998.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa. Os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Unicamp, 1998.

_____. *Colonização linguística*. Campinas: Pontes, 2004.

_____. *Quando as línguas eram corpos... Sobre a colonização linguística portuguesa na África e no Brasil*. Manuscrito a ser publicado: Rio de Janeiro, 2007.

MITTMANN, Solange. *Notas do tradutor e processo tradutório: análise e reflexão sob uma perspectiva discursiva*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

ORLANDI, Eni. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. *Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2000.

_____. (Org.). *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes; Cárceres: Unemat, 2001.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. Tradução de ORLANDI, E. In: GADET, F. e HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: UNICAMP, 1997, p. 61-161.

_____. *Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio*.
Tradução de ORLANDI, E. Campinas: UNICAMP, 1988.